

## Poder Executivo

### ATOS E DESPACHOS DO GOVERNADOR

LEI N° 8.209, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019.

ALTERA A LEI ESTADUAL N° 6.514, DE 23 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E AS CONDIÇÕES QUE ASSEGURAM AOS OFICIAIS E PRAÇAS DA ATIVA DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS O ACESSO NA HIERARQUIA MILITAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS

Faço saber que o Poder Legislativo Estadual decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Os dispositivos adiante indicados, da Lei Estadual n° 6.514, de 23 de setembro de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

I – os incisos III, IV, VII e VIII do § 2° do art. 5°:

“Art. 5° As promoções serão efetuadas pelos critérios de:

(...)

§ 2° As promoções aos postos e graduações imediatas seguirão a seguinte sequência:

(...)

III – promoção a 1° Sargento:

a) 1/2 (um meio) por Merecimento; e

b) 1/2 (um meio) por Antiguidade.

IV – promoção a Subtenente:

a) 1/2 (um meio) por Merecimento; e

b) 1/2 (um meio) por Antiguidade.

(...)

VII – promoção ao posto de Major:

a) 2/5 (dois quintos) por Merecimento;

b) 2/5 (dois quintos) por Escolha; e

c) 1/5 (um quinto) por Antiguidade.

VIII – promoção ao posto de Tenente-Coronel:

a) 2/5 (dois quintos) por Merecimento;

b) 2/5 (dois quintos) por Escolha; e

c) 1/5 (um quinto) por Antiguidade.

(...)” (NR)

II – o caput, os incisos I, II e III, e os §§ 1° e 2° do art. 14:

“Art. 14. O militar estadual poderá ser promovido por ato de bravura:

I – em caso de guerra externa ou interna, empregada a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros como Força Auxiliar, Reserva do Exército, desde que em missão de interesse da Segurança Nacional;

II – na preservação da ordem pública; e

III – em ações relacionadas à incolumidade das pessoas e do patrimônio.

§ 1° O ato de bravura, desde que não ocorra a decadência do direito a tal promoção, será apurado no prazo de 60 (sessenta) dias por Conselho Especial designado pelo Comandante Geral da respectiva Corporação, com vistas a comprovar se:

I – o ato praticado guarda consonância com os requisitos indicados no art. 13 desta Lei;

II – o ato foi praticado em conformidade com uma ou mais das situações previstas nos incisos I, II e III do caput deste artigo;

III – era possível o militar estadual deixar de praticar a ação sem que lhe fosse imputada responsabilidade por ato omissivo;

IV – o ato praticado caracteriza cumprimento de obrigação legal exigível do militar estadual em razão de sua condição funcional; e

V – o ato praticado caracteriza imprudência, negligência ou imperícia do militar estadual.

§ 2° Caberá a um mesmo Conselho Especial, desde que não ocorra a decadência do direito a promoção por ato de bravura, apurar os processos administrativos relativos à mesma ação, independentemente do momento de sua proposição.” (NR)

III – as alíneas d, e e f, do inciso I, do parágrafo único, do art. 20 e a alínea a, do inciso II, do parágrafo único do art. 20:

“Art. 20. Para ingresso no Quadro de Acesso é necessário que o militar satisfaça as seguintes condições de acesso estabelecidas para cada posto e graduação:

(...)

Parágrafo único. O interstício a que se refere o inciso I deste artigo é o tempo mínimo de permanência em cada posto ou graduação, nos termos seguintes:

I – para Oficiais:

(...)

d) Capitão – 36 (trinta e seis) meses;

e) Major – 24 (vinte e quatro) meses; e

f) Tenente Coronel – 24 (vinte e quatro) meses.

II – para Praças:

a) 3° Sargento – 36 (trinta e seis) meses;

(...)” (NR)

IV – o caput do art. 29:

“Art. 29. As promoções destinadas a oficiais e a promoção em condições especiais por motivo de reconhecimento de ato de bravura para oficiais e praças, previstas nesta Lei, processar-se-ão por ato do Governador do Estado de Alagoas, e nas demais hipóteses, quando destinadas a praças da PM/AL e do CBM/AL, por atos do Comandante Geral da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, respectivamente.”

(...)” (NR)

Art. 2º Os dispositivos adiante indicados, da Lei Estadual nº 6.514, de 2004, passam a vigorar acrescidos com a seguinte redação:

I – ao art. 3º, os §§ 1º, 2º e 3º:

“Art. 3º A promoção é o ato administrativo que tem como finalidade básica o preenchimento seletivo das vagas pertinentes ao grau hierárquico superior, com base nos efetivos fixados em lei para os diferentes quadros.

§ 1º Será assegurado aos Oficiais do Quadro da Administração, o acesso à carreira do posto de 2º Tenente PM até Tenente-Coronel PM.

§ 2º Fica a Corporação da Polícia Militar, num prazo de 90 (noventa) dias, apresentar Lei criando o cargo de Tenente-Coronel no Quadro da Administração – QOA.

§ 3º O Militar Estadual promovido em decorrência de decisão judicial ingressará e ocupará vaga no quadro de acesso, com a garantia de todos os direitos inerentes ao posto ou graduação, concorrendo em todos os certames, e havendo improcedência da ação judicial, aplicar-se-á o contido no art. 16 desta Lei”. (AC)

II – ao art. 7º, o §§ 5º e 6º:

“Art. 7º A promoção por merecimento é aquela que se baseia na valorização do esforço para aprimoramento intelectual do militar estadual e acompanhamento de sua vida profissional, consideradas as pontuações positivas e negativas, atribuídas de forma objetiva, observadas as prescrições previstas nos §§ 2º, 3º, 5º e 6º deste artigo.

(...)

§ 5º Para as pontuações relativas aos incisos XI, XII, XV, XVI, XVII, XVIII, e XIX, do § 2º deste artigo, depois de efetivada sua promoção ao grau hierárquico imediatamente superior aquela em que ocorreu o ingresso no quadro de acesso para fins de promoção.

§ 6º Fica vedada a inclusão ou manutenção de pontuação negativa de que tratam os incisos II e III o § 3º deste artigo, depois de decorridos 5 (cinco) anos, contados a partir:

I – do cumprimento da pena, nos casos previstos no inciso II do § 3º deste artigo; e

II – da data de desligamento do curso revisto no inciso III do § 3º deste artigo”. (AC)

III – ao art. 13, o parágrafo único:

“Art. 13. A promoção por bravura, forma excepcional de promoção, resulta de atos incomuns de coragem e audácia, que ultrapassando os limites normais de cumprimento do dever, representam feitos indispensáveis ou úteis às operações militares, pelos resultados alcançados ou pelo exemplo positivo deles emanados.

Parágrafo único. Para fins de abertura de Conselho Especial destinado a avaliar o ato praticado pelo militar estadual, caberá ao interessado encaminhar à CPOP o relato da ação praticada, no prazo decadencial de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que houver ocorrido o suposto ato de bravura.” (AC)

IV – ao art. 14, os §§ 3º, 4º, 5º e 6º:

“Art. 14. O militar estadual poderá ser promovido por ato de bravura:

(...)

§ 3º O Conselho Especial concluirá:

I – pela caracterização do ato de bravura quando cumulativamente presentes as condições especificadas nos incisos I, II e III do § 1º deste artigo; ou

II – pelo não reconhecimento do ato de bravura quando alternativamente presentes uma ou mais das condições especificadas nos incisos IV ou V do § 1º deste artigo.

§ 4º A promoção, de que trata este artigo, ocorrerá independentemente:

I – do cumprimento de interstício; e

II – da existência de vaga a ser provida pelos critérios de promoção em condições ordinárias, situação em que permanecerá excedente no posto ou graduação até a abertura de vaga.

§ 5º Concluído o procedimento investigativo pelo Conselho Especial e respeitado o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, caberá a CPOP:

I – avaliar se na condução dos trabalhos o Conselho Especial observou rigorosamente as disposições previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo;

II – avaliar se em razão do que foi apurado pelo Conselho Especial é devida ao militar estadual a promoção por ato de bravura;

III – avaliar se, devido à inabilitação para o exercício de cargos e funções típicas do posto ou graduação pretendida, há óbice para promoção do militar estadual; e

IV – decidir:

a) pela promoção do militar estadual por ato de bravura, quando inexistir óbice ao deferimento da promoção; ou

b) pela promoção do militar estadual por ato de bravura, condicionada à conclusão de curso que o habilite ao exercício de cargos e funções típicas do posto ou graduação superior.

§ 6º A promoção por ato de bravura será efetivada pela autoridade competente, a contar da data em que ocorreu o ato de bravura, sendo indispensável a essa finalidade o prévio encaminhamento:

I – do processo de apuração procedido pelo Conselho Especial designado para esse fim;

II – da decisão do CPOP em relação ao direito do militar estadual a ser promovido; e

III – da proposta de promoção por ato de bravura.” (AC)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial:

I – as alíneas a e b do inciso I e o inciso IV do § 3º do art. 7º, todos da Lei Estadual nº 6.514, de 23 de setembro de 2004;

II – o inciso II do art. 51 da Lei Estadual nº 5.346, de 26 de maio de 1992; e

III – a Lei Estadual nº 7.126, de 30 de novembro de 2009.

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES, em Maceió, 4 de dezembro de 2019, 203º da Emancipação Política e 131º da República.

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO  
Governador

JOSÉ ROBERTO SANTOS WANDERLEY  
Gerente de Documentação e Publicação de Atos Governamentais

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO, GOVERNADOR DO ESTADO, EM DATA DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019, DESPACHOU O SEGUINTE PROCESSO:

PROC.E:1101-3059/19, da ALE = De acordo. Sanciono e promulgo o Projeto de Lei nº 82/2019, de iniciativa do Poder Executivo, alterado por emenda parlamentar, e aprovado pelo Poder Legislativo Estadual. Publique-se.

JOSÉ ROBERTO SANTOS WANDERLEY  
Gerente de Documentação e Publicação de Atos Governamentais



Estado de Alagoas  
DIÁRIO OFICIAL

PODER EXECUTIVO

GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS  
**JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO**

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS  
**JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA**

SECRETÁRIO - CHEFE DO GABINETE CIVIL  
**FÁBIO LUIZ ARAÚJO LOPES DE FARIAS**

PROCURADOR - GERAL DO ESTADO  
**FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JÚNIOR**

CONTROLADORA - GERAL DO ESTADO  
**MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM**

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E AQUICULTURA  
**SILVIO ROMERO BULHÕES AZEVEDO**  
Respondendo pelo expediente

SECRETÁRIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
**JOÃO EMANUEL BARROS LESSA**

SECRETÁRIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA INOVAÇÃO  
**CECÍLIA LIMA HERMANN ROCHA**

SECRETÁRIO DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO  
**ÊNIO LINS DE OLIVEIRA**

SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA  
**MELLINA TORRES FREITAS**

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
**PAULO DOMINGOS DE ARAÚJO LIMA JUNIOR - Cel. PM**

SECRETÁRIO DE ESTADO DA RESSOCIALIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL  
**MARCOS SÉRGIO DE FREITAS SANTOS**

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
**JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA**

SECRETÁRIA DE ESTADO DO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE  
**CLÁUDIA ANICETO CAETANO PETUBA**

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA  
**GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO**

SECRETÁRIO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA  
**MAURÍCIO QUINTELLA MALTA LESSA**

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO URBANO  
**MOSART DA SILVA AMARAL**

SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS  
**FERNANDO SOARES PEREIRA**

SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER E DOS DIREITOS HUMANOS  
**MARIA JOSÉ DA SILVA**

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO  
**FABRÍCIO MARQUES SANTOS**

SECRETÁRIA DE ESTADO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA  
**ESVALDA AMORIM BITTENCOURT DE ARAÚJO**

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE  
**CLÁUDIO ALEXANDRE AYRES DA COSTA**

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO  
**ARTHUR JESSÉ MENDONÇA DE ALBUQUERQUE**

SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO  
**RAFAEL DE GÓES BRITO**

ÍNDICE

PODER EXECUTIVO

Atos e Despachos do Governador..... 01



IMPRENSA  
OFICIAL  
GRACILIANO RAMOS

Dagoberto Costa Silva de Omena  
Diretor-presidente

Jarbas Pereira Ricardo  
Diretor administrativo-financeiro

José Otílio Damas dos Santos  
Diretor comercial e Industrial

[www.imprensaoficialal.com.br](http://www.imprensaoficialal.com.br)

Av. Fernandes Lima, s/n, Km 7, Gruta de Lourdes - Maceió / AL - CEP: 57080-000  
Tel.: (82) 3315.8334 / 3315.8335

Preço

Pagamento à vista por cm² R\$ 6,16  
Para faturamento por cm² R\$ 7,40

Publicações

Os textos deverão ser digitados em Word (normal), em fonte Times New Roman, tamanho 8 e largura de 9,3 cm, sendo encaminhados diretamente ao parque gráfico à Av. Fernandes Lima, s/n, Km 7, Gruta de Lourdes - Maceió/AL, no horário das 08h às 15h ou pelo e-mail [materias@imprensaoficialal.com.br](mailto:materias@imprensaoficialal.com.br).

Reclamações sobre matérias publicadas deverão ser feitas no prazo máximo de 10 dias.

Receitas das Alagoas

Descubra a diversidade que compõe a atual boa mesa alagoana, reconhecida pela sua qualidade e originalidade.

Com simplicidade e didatismo, é possível reproduzir em casa as melhores receitas dos mestres da gastronomia popular, assim como as receitas dos melhores chefs de Alagoas.

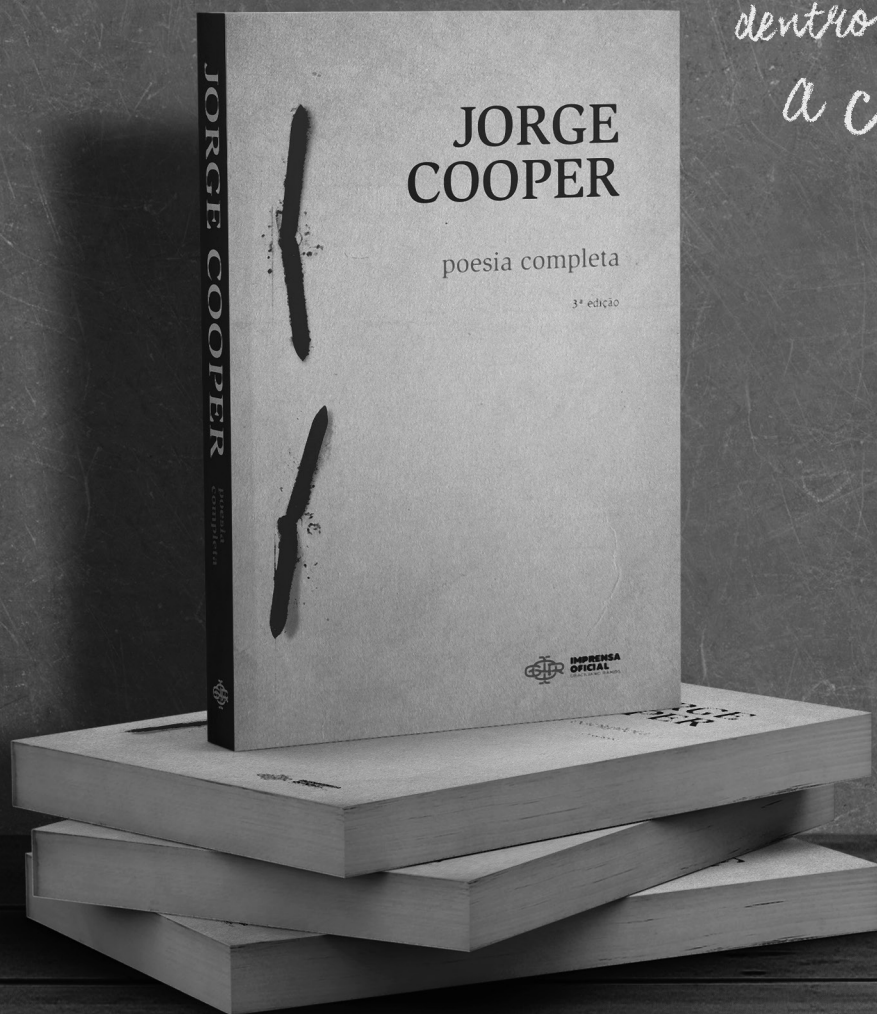
Cozinha de boteco, de chef, de rua e de tradição

Nide Lins

Adquira em [www.imprensaoficialal.com.br](http://www.imprensaoficialal.com.br)



*Não o homem  
Mas a sua voz  
Embora como os papagaios  
fosse a voz do homem  
- isenta de si e do homem que jaz  
dentro dela  
a cantar*



Secretaria do  
Planejamento,  
Gestão e Patrimônio



**IMPRESA  
OFICIAL**  
GRACILIANO RAMOS

Adquira este e outros